**Eduardo Cunha: o retrocesso nas legislações vigentes no Brasil**

**26/12/2015**

**Caci - Pastoral Fé e Política**

*Texto para o programa “A Igreja em Notícia” da Rádio 9 de Julho*

Uma análise dos acontecimentos políticos do ano de 2015 deve levar em consideração as terríveis consequências para a vida política, social e econômica do país de ações e projetos do presidente da Câmara Federal, deputado Eduardo Cunha.

Cunha usa do seu poder e influência junto a deputados federais para aprovar medidas que representam um retrocesso no conjunto de leis que, com muita luta, a sociedade conseguiu aprovar. Contra o clamor de centenas de entidades e da própria CNBB, que exigem políticas públicas de atendimento a crianças e adolescentes para reverter o quadro de violência e abandono que as atinge, Cunha trabalhou pela redução da maioridade penal, apoiando o Projeto de Emenda Constitucional de número 171, que fixa a idade de responsabilidade penal aos 16 anos.

Na votação do projeto, Cunha usou manobrou para conseguir a aprovação do mesmo, apesar de projeto muito semelhante ter sido derrotado em sessão anterior do legislativo. Hoje, a PEC 171 aguarda para ser discutida pelo Senado. Neste caso, usou da mesma manobra regimental aplicada anteriormente para conseguir a aprovação do financiamento por empresas para partidos, políticos e suas campanhas, financiamento este felizmente considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal e vetado pela presidente Dilma.

Cunha também facilitou a aprovação, sustentada pela bancada da bala, isto é, por aqueles deputados que tiveram suas campanhas eleitorais financiadas pela indústria de armas, de completa alteração no Estatuto do Desarmamento, lei de 2003, o qual dificulta a posse de arma e que contribuiu para queda no número de homicídios e suicídios, diminuindo também o número de armas que cai em mãos criminosas. Atualmente as alterações no estatuto do desarmamento esperam para votação no plenário da Câmara.

O deputado federal Eduardo Cunha, desde que foi eleito presidente da Câmara em fevereiro de 2015, agiu para facilitar a aprovação de projetos que beneficiam grupos econômicos e contrários ao bem comum do povo brasileiro.

Mas, desde o início de 2015, Cunha tem também outra preocupação: livrar – se da enxurrada de acusações de que recebeu propinas, de que tentou subornar para que outro o defendesse da acusações, de que ameaça aqueles que o acusam e da mentira que disse aos seus pares da CPI da Petrobrás, em março deste ano, quando negou que tivesse contas na Suíça. Hoje, Cunha manobra para que o parecer da Comissão de Ética que determinou seu julgamento pelo plenário seja anulado pela mesa Diretora da Câmara.

Cunha também prepara seu possível afastamento da Câmara Federal, caso o STF atenda ao pedido feito neste sentido pelo Procurador Geral da República, que o considerou líder de um grupo criminoso que atua na Câmara Federal. Neste caso, Cunha manobra para que seja substituído na presidência da Câmara pelo atual vice - presidente Waldir Maranhão, seu aliado em todas estas ações contrárias aos interesses do país e também citado como um dos beneficiários de propina, em depoimentos obtidos pela operação Lava - Jato.

Cunha tentou sem êxito pressionar o STF acerca do rito que o tribunal estabeleceu para a tramitação na Câmara e no Sendo do pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff. Em gesto de vingança pessoal contra a presidente do país, Cunha colocou em andamento o pedido de Impeachment e teve a escolha da comissão especial de julgamento da admissibilidade do processo anulada pelo STF, que exige entre outras medidas, voto aberto para a escolha de nova comissão.

Para a ficha corrida de Cunha acrescentamos notícia de sábado, dia 26/12: o jornal Folha de S.Paulo noticia que o Banco Central emitiu parecer “*apontando que o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, (PMDB-RJ) e sua mulher, Claudia Cruz, não declararam às autoridades brasileiras contas no exterior por 14 anos*”.